

# A Crise da Democracia Liberal no Início do Século XXI: Duas Abordagens da Teoria Política

Theófilo Machado Rodrigues<sup>1</sup>  
Caíque Bellato<sup>2</sup>

253

**Resumo:** A crise da democracia liberal é o grande tema da teoria política do início do século XXI. Com as eleições de Recep Erdogan na Turquia, Rodrigo Duterte nas Filipinas, Viktor Orbán na Hungria, Donald Trump nos Estados Unidos e Jair Bolsonaro no Brasil, uma parcela da literatura especializada passou até mesmo a considerar como plausível o fim da democracia. O presente artigo defende a tese da existência de duas abordagens gerais sobre o tema. Uma primeira abordagem é aquela que identifica a democracia liberal como o ápice do regramento institucional democrático e que precisa, portanto, ser salva. Para esses intérpretes, o populismo seria o principal culpado pela crise da democracia liberal e por isso deveria ser extirpado da vida política. A segunda abordagem inverte o problema: se as instituições políticas estão em crise, a culpa não é do populismo, mas sim da própria forma de governo. O populismo surgiria apenas como um efeito colateral dos limites da democracia liberal.

**Palavras-chave:** Teoria Política; Democracia liberal; Populismo; Crise da democracia; Autoritarismo.

---

<sup>1</sup> Pesquisador de Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UERJ. Doutor em Ciências Sociais pela PUC-Rio e Mestre em Ciência Política pela UFF. Email: [theofilomachadorodrigues@gmail.com](mailto:theofilomachadorodrigues@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1709-1546>.

<sup>2</sup> Doutor em Ciências Sociais pelo PPGCIS/PUC-Rio e Mestre em Ciências Sociais pela mesma instituição. Rio de Janeiro, RJ. E-mail: [caiquebellato@hotmail.com](mailto:caiquebellato@hotmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9984-5190>.

## 1. Introdução

Vivemos tempos estranhos. Com a queda do Muro e o fim da União Soviética no início da década de 1990, o liberalismo se regozijou. A democracia liberal parecia ser o caminho para onde todas as nações se direcionavam e alguns autores como Fukuyama (1992) chegaram até mesmo a declarar o fim da história. Passados trinta anos desde então, o cenário já não é mais o mesmo. A chegada ao poder de líderes com tendências autoritárias em democracias até então consideradas estáveis acendeu um sinal de alerta entre os analistas políticos. A literatura especializada chegou a considerar como plausível a ideia de que a democracia liberal poderia estar chegando ao fim em determinados países. Ainda que haja quem considere essa crise da democracia como apenas uma moda literária para vender livros, não há como negar a relevância desse debate atual da teoria política.

254

O próprio conceito de “crise” merece ser debatido. Em trabalho clássico publicado nos anos 90, o francês Bernard Manin (1995) demonstrou com uma análise histórica de fôlego que o que entendemos por crise talvez fosse melhor categorizado como metamorfose. Manin (1995) nos indica que, aquilo que compreendemos hoje como “democracia”, ou seja, o governo representativo, já passou por algumas metamorfoses ao longo de sua história. Em sua origem, o governo representativo seria de tipo parlamentar. Na virada do século XIX para o XX, uma metamorfose teria ocorrido e o governo representativo parlamentar teria se transformado em “democracia de partido”. Um século depois, a democracia estaria numa nova etapa da metamorfose, com a transformação da “democracia de partido” em “democracia de público”. Esse seria, afinal, o cenário que hoje alguns chamam de crise.

O presente artigo defende a tese da existência de duas abordagens gerais sobre a crise da democracia produzidas nesse início de século XXI. Uma primeira abordagem é aquela que identifica a democracia liberal como o ápice do regramento institucional democrático e que precisa, portanto, ser salva. Para esses intérpretes (RUNCIMAN, 2018; LEVITSKY E ZIBLATT, 2018; MOUNK, 2019; SNYDER, 2019), o populismo seria o principal culpado pela crise da democracia liberal e por isso deveria ser extirpado da vida política. A segunda abordagem parte de uma perspectiva distinta para analisar tal

problema: se as instituições políticas estão em crise, a culpa não é do populismo, mas sim da própria democracia liberal (MOUFFE, 2015, 2019; SANTOS, 2016, 2018; CASTELLS, 2018; FRASER, ARRUZZA e BHATTACHARYA, 2019; FRASER e JAEGGI, 2020; BROWN, 2019). O populismo surgiria apenas como um efeito colateral dos limites da democracia liberal. As duas seções seguintes apresentam, mais detidamente, as particularidades dessas duas abordagens gerais da teoria política. Argumentamos que tais vertentes interpretativas não são blocos uníssonos de análises da conjuntura política, mas ainda assim possuem características que permitem tomá-las, analiticamente, como distintas correntes da teoria política contemporânea. Em ambas abordagens, é concedido destaque ao tema do populismo. E, justamente, a partir da interpretação acerca dessa mesma temática é que se pode alinhar distintos autores nas correntes interpretativas propostas nesse artigo.

## 2. Primeira abordagem: salvar a democracia liberal

255

Após a eleição de Donald Trump, em 2016, foi publicada uma série de livros sobre a crise da democracia liberal que rapidamente se tornaram *best-sellers*. Apesar das características próprias de cada um deles, o tema central é praticamente o mesmo: a democracia liberal está em perigo, mas ainda pode ser salva. A seguir trataremos de quatro desses livros que foram publicados em 2018 e 2019 e que nos oferecem instigantes contribuições para a compreensão dessa conjuntura do início do século XXI: *Como a democracia chega ao fim*, de David Runciman; *Como as democracias morrem*, de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt; *O povo contra a democracia*, de Yascha Mounk; e *Na contramão da liberdade*, de Timothy Snyder.

*Como a democracia chega ao fim*, do professor de política da Universidade de Cambridge, David Runciman, parte exatamente dessa sensação de mal-estar democrático gerada pela eleição de Trump. Espantado com o resultado daquela eleição, Runciman se pergunta: “é assim que a democracia chega ao fim?” (2018, p. 7). Para tentar responder essa pergunta, o autor levanta a hipótese de que os golpes antidemocráticos de hoje são diferentes daqueles desenvolvidos no passado: ocorrem

por dentro das instituições tradicionais, de forma gradual e sem violência. Sem que os eleitores percebam, a democracia chega ao fim pelo próprio mecanismo do voto.

A Grécia de 2015 é um exemplo do que Runciman entende como um novo tipo de golpe. Naquele momento o país enfrentava uma grave crise financeira. A Troika – Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu e Comissão Europeia – exigia do país uma política econômica de austeridade fiscal. O governo do Syriza, liderado pelo primeiro-ministro Alexis Tsipras, convocou então um referendo popular em que a maioria da população se apresentou contra as medidas de austeridade. No entanto, apesar do apoio popular, Tsipras cedeu à pressão da Troika. Os bancos falaram mais alto do que a população. Esse é o novo tipo de golpe de que Runciman trata: “não envolve tanques, soldados nem prisões. Requer apenas que um governo democraticamente eleito se veja na situação de refém de forças a que não tem poder para resistir” (2018, p. 39).

256 Mas por que não há mais golpes como antigamente? A partir do estudo de caso da Grécia, Runciman aponta algumas das mudanças que alteraram a dinâmica política. Em primeiro lugar, as divisões institucionais são outras. Se no passado os conflitos eram mediados pelo rei, pelo exército e pelo parlamento, agora as principais instituições são a União Europeia, os bancos e o parlamento. Nesse cenário as armas foram substituídas por ternos e planilhas. Em segundo lugar, a Guerra Fria acabou. A possível intervenção militar em países ocidentais democráticos está, portanto, descartada. A economia também mudou. Os países estão hoje mais ricos do que eram no passado e a riqueza, diz a ciência política, é fundamental para a manutenção da democracia. Há também uma questão geracional. As sociedades estão mais idosas do que eram cinquenta anos atrás. Isso dificulta a violência política dos antigos golpes, pois essa é uma típica atividade de jovens (2018, p. 36).

O golpe no século XXI é gradual, por dentro das instituições políticas e sem muitos alardes. A passagem a seguir é longa, mas sintetiza bem o pensamento do autor:

Quanto mais a democracia é tida como segura, maiores são as possibilidades de que venha a sofrer uma subversão sem precisar ser derrubada. Em especial, a ampliação do poder do Executivo – em que homens fortes eleitos minam as instituições democráticas enquanto alegam defendê-las – parece ser a maior ameaça à democracia no século XXI. Há sinais de que esteja em curso, entre outros países na Índia, na Turquia, nas Filipinas, no Equador, na Hungria e na

Polônia; e é possível que também ocorra nos Estados Unidos. O problema é que pode ser difícil saber com certeza. A grande diferença entre um golpe de Estado clássico e esses outros tipos de golpe é que o primeiro é um evento isolado em que se decide entre tudo ou nada, enquanto os outros são processos graduais (RUNCIMAN, 2018, p. 52).

Runciman sabe que a democracia liberal está em transformação. Mas não sabe dizer bem para onde essa transformação vai. Sua certeza é a de que o “autoritarismo pragmático”, entendido como um desvio populista, não é exatamente a melhor direção. O temor sobre esse novo cenário é compartilhado pelos norte-americanos Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (estudiosos da derrocada democrática na América Latina e Europa) que afirmam que a atual radicalização da polarização incitou uma epidemia de quebra de normas democráticas que desafia o sistema político dos Estados Unidos (LEVITSKY e ZIBLATT, 2018). Assim como Runciman (2018), Levitsky e Ziblatt afirmam que hoje, muitas vezes, a queda da democracia é gradual e imperceptível para os cidadãos, pois os próprios governos a subverteriam a partir de dispositivos constitucionais, alegando o aperfeiçoamento do sistema político. Daí a importância que os autores dedicam ao tema das normas democráticas (não escritas) para a manutenção da ordem constitucional, pois “sem normas robustas, os freios e contrapesos constitucionais não servem como bastião da democracia que nós imaginamos que eles sejam” (LEVITSKY e ZIBLATT, 2018, p. 19).

257

Para Levitsky e Ziblatt, normas democráticas como a tolerância mútua e a reserva institucional – ou seja, o entendimento de que concorrentes políticos são rivais legítimos e o comedimento no uso de prerrogativas institucionais em favor de vantagem partidária – tendem a reforçar uma à outra, mas o oposto também pode ocorrer. “A erosão da tolerância mútua pode motivar os políticos a desdobrar seus poderes institucionais tão amplamente quanto possível sem serem punidos” (2018, p. 112). Assim como, “atos de jogo duro constitucional podem então, por sua vez, minar ainda mais a tolerância mútua” (ibidem). Ao explorar prerrogativas institucionais de maneira incontida, levando-as a seus limites, políticos podem estabelecer “uma forma de combate institucional cujo objetivo é derrotar permanentemente os rivais partidários – e não se preocupar em saber se o jogo democrático vai continuar” (2018, p. 109).

O enfraquecimento das normas democráticas, no contexto norte-americano, estaria relacionado justamente com uma polarização sectária extrema que vai além das diferenças políticas e adentra conflitos de raça e cultura. Conforme esses autores, experiências de outros países demonstram que a polarização extrema é capaz de matar as democracias. Por outro lado, também ensinam que o colapso não é inevitável e nem irreversível. O sucesso da democracia, sugerem os autores, dependeria da iniciativa de partidos estabelecidos para isolar forças extremistas e líderes autoritários. “Embora as respostas populares aos apelos extremistas sejam importantes, mais importante é saber se as elites políticas, e sobretudo, os partidos, servem como filtros” (LEVITSKY E ZIBLATT, 2018, p. 31). Como argumentam, a razão de nenhum demagogo chegar à Casa Branca antes de 2016 não foi a falta de competidores ou de apoio público, mas o fato de partidos políticos se oporem a eles. Teria sido o sistema de primárias vinculantes, adotado a partir de 1972 por democratas e republicanos, que enfraqueceu a função dos partidos como guardiões, pois eliminou potencialmente o processo de revisão por pares, abrindo as portas para outsiders. De tal modo que, em 2016, com grande cobertura midiática, Trump não precisou dos caciques republicanos tradicionais para se eleger. Os guardiões da primária tinham abandonado completamente sua função (LEVITSKY E ZIBLATT, 2018, p. 64). Ainda assim, os autores alertam que a confiança excessiva nos dirigentes partidários poderia degenerar em um sistema político indiferente aos anseios populares. Por outro lado, excesso de confiança na vontade popular poderia levar à eleição de políticos autoritários que, por seu turno, poderiam ameaçar a própria democracia.

Não obstante, as nuances próprias de sua pesquisa, um caminho semelhante foi trilhado pelo cientista político alemão Yascha Mounk (2019) que argumenta que estaríamos vivendo a decomposição da democracia liberal a partir da ascensão da democracia iliberal, por um lado, e do liberalismo antidemocrático por outro. Assim como os autores supracitados, Mounk destaca o caráter processual da corrosão democrática, mais especificamente da democracia liberal, caracterizada pelo autor como “um sistema que tanto protege os direitos individuais como traduz a opinião popular em políticas públicas” (2019, p. 44). Como sinais desse processo de mudança, Mounk aponta a impaciência popular com instituições independentes e a intolerância aos direitos de

minorias, bem como o fato de que as elites têm assumido o controle dos sistemas políticos tornando-os insensíveis ao desejo popular. De tal forma que o liberalismo e a democracia começam a entrar em conflito.

São três mudanças estruturais apontadas por Mounk como desencadeadoras da crise da democracia liberal. A primeira, o surgimento da internet e o fim do domínio exclusivo das elites políticas e econômicas sobre os meios de comunicação – o que, no século passado, evitou que ideias extremistas fossem disseminadas e deixou à margem concorrentes políticos que se distanciavam do *status quo*. Também a estagnação econômica e a distribuição injusta dos lucros da globalização que levaram a uma desesperança econômica que, por sua vez, refletiu na postura do cidadão perante o sistema político. E por fim, a questão da identidade nacional que, sobretudo nos Estados Unidos e na Europa, tem sido vivida de modo dramático e gerado intensos debates sobre imigração. Mounk afirma que as democracias foram fundadas em uma base monoétnica e foi o domínio racial ou étnico que possibilitou certa homogeneidade e estabilidade no interior dos Estados-nação. Em nossa era populista, como caracteriza Mounk, seria preciso, portanto, reformar a política econômica tendo em vista uma distribuição mais igualitária do crescimento econômico; repensar o nacionalismo incorporando a ideia de uma democracia multiétnica; e resistir ao impacto transformativo que a internet e as mídias sociais tiveram sobre as democracias (2019).

259

Com o fim do caso de amor com a democracia, cidadãos do chamado 1º mundo estão mais abertos à alternativa autoritária. Os jovens são especialmente críticos à democracia liberal e, conforme pesquisas mobilizadas por Mounk, inclinados à ideia de um líder forte que não precise lidar com parlamentos ou eleições. O mesmo ocorrendo para a ideia de um governo militar (2019). Segundo Mounk, o “mito fundador da democracia”, do autogoverno popular, não exerce sobre a nossa imaginação o mesmo fascínio de antes. Além disso, nas últimas décadas as elites se isolaram ainda mais da população. O resultado é que o eleitor médio se sente mais alienado da política do que nunca. Ainda que a participação popular perfeita nunca tenha sido uma realidade, Mounk afirma que questões atuais põem a nu dilemas da democracia moderna e a capacidade do povo de influenciar a política. É justo por esse flanco que o apelo populista se faria sentir.

A proposta populista, segundo Mounk, é a de aprofundar os elementos democráticos de nosso atual sistema e não o transcender. Os populistas seriam profundamente democratas - defendem que o *demos* deve governar - e iliberais - instituições e direitos individuais não devem abafar a voz do povo (2019, p. 24). Não se trata, portanto, de estabelecer um sistema político hierárquico, ainda que políticos populistas demarquem a fronteira do *povo*, postulando um grupo interno e um externo, cujos interesses podem ser negligenciados. De acordo com Mounk, depois de estigmatizar grupos étnicos ou religiosos não considerados parte do povo, populistas passam a atacar as instituições independentes, sobretudo a imprensa. Apesar disso, Mounk admite que há um elemento genuinamente democrático no populismo, mas adverte que a longo prazo ele seria desfavorável à democracia, pois o enfraquecimento das instituições independentes pode facilitar a transição de governos populistas iliberais para a ditadura. Pois, tais instituições são necessárias a longo prazo para a manutenção da ordem democrática, já que sem elas seria muito fácil para um governante autoritário dar as costas à vontade popular (2019). Seria preciso, conforme Mounk, encontrar um novo equilíbrio que permita a sobrevivência da democracia liberal, com seus dois elementos constitutivos – respeito à vontade popular e garantia de liberdade e direitos individuais.

Ainda que o diagnóstico da crise da democracia liberal apresentado pelo autor colabore para análise da atual conjuntura, sua proposta de intervenção não vai além da manutenção do atual sistema político. Ao limitar a perspectiva antissistema ao que denomina populismo, Mounk fecha as possibilidades de imaginação para um projeto democrático que vá além do experimentado nos países do centro do capitalismo na última metade do século passado. Na mesma categoria de “populismo”, Mounk inclui expressões políticas como o Podemos, o Syriza, ou a liderança de Jeremy Corbin no Partido Trabalhista Inglês ao lado de Trump, Orbán e Erdogan. Ou seja, o autor não diferencia o que chama de populistas de esquerda e de direita. Do seu ponto de vista, ambas as correntes atacam as garantias liberais em nome da realização da vontade popular e não aparece em sua análise gradações que diferenciem essas correntes políticas.

Dessa forma, só lhe resta imaginar dois possíveis desdobramentos da atual crise do sistema político. Um primeiro pessimista, no qual a crise atual termina com a conversão drástica do liberalismo antidemocrático à democracia iliberal, seguida por uma queda rumo à ditadura total. E outro no qual os defensores da democracia liberal são capazes de renovar o sistema político e enfrentar o ataque populista. Tal renovação não se trata de um abandono dos ideais da democracia liberal, mas sim sua plena realização. A saída que Mounk vislumbra é a luta pela preservação do sistema político como o conhecemos, não sua superação. Sua defesa da democracia liberal – “que fez mais pela propagação da paz e da prosperidade do que qualquer outro [sistema político] na história da humanidade” (2019, p. 36) – não deixa espaço para criação de outros modelos de governo democrático. Mesmo reconhecendo as limitações da democracia liberal, Mounk considera que essa é a melhor forma de governo que podemos almejar. Portanto, nos tempos extraordinários que nos toca viver, o trabalho que nos caberia é o de proteção e recuperação da democracia liberal e combate ao populismo.

261 Preocupação semelhante é compartilhada pelo historiador estadunidense Timothy Snyder em *Na contramão da liberdade: a guinada autoritária nas democracias contemporâneas*. Professor de Yale, Snyder estabelece uma interessante metáfora. Se nos anos imediatamente posteriores ao fim da URSS, a democracia partiu do oeste para o leste, ou seja, dos EUA para o resto do mundo, nesse início de século XXI ocorre um movimento inverso, com o autoritarismo do leste – leia-se Rússia - vindo em direção ao oeste – no caso, os EUA. Segundo Snyder (2019, p. 21), “nas décadas de 1990 e 2000, a influência fluía do oeste para o leste, no transplante de modelos econômicos e políticos, na difusão da língua inglesa e na ampliação da União Europeia e da Otan. (...) nos anos 2010 a influência passou a fluir do leste para o oeste”. Entre os conceitos e práticas que passavam do leste para o oeste, Snyder assinala a chamada “*Fake News*” como uma das mais simbólicas.

Essa metáfora da inversão da influência oeste-leste para leste-oeste está reproduzida na própria forma como organiza o livro. Cada capítulo é dedicado a um ano e a um acontecimento: a volta do pensamento totalitário em 2011; o colapso da política democrática na Rússia em 2012; o ataque russo à União Europeia em 2013; a revolução na Ucrânia e a subsequente invasão russa em 2014; a difusão da ficção política na

Rússia, na Europa e nos Estados Unidos em 2015; e a eleição de Trump para a presidência dos EUA em 2016.

Em sua imersão inicial pela política russa, Snyder recupera o nome de um filósofo pouco conhecido no Ocidente, mas que detém influência considerável sobre as ações de Vladimir Putin: trata-se do pensador fascista Ivan Ilin que viveu entre 1883 e 1954. Filho de uma família aristocrata, Ilin foi um severo crítico da revolução Russa e da consolidação da URSS. Em 1922, fugiu para Berlim onde conviveu com a ascensão do nazismo. Inspirado em Hitler e Mussolini, Ilin era defensor da organização de um fascismo russo com base cristã, que pudesse ser um contraponto ao poder dos bolcheviques. Mas suas ideias, como sabemos, foram derrotadas em seu tempo. Com profundidade, Snyder demonstra como Putin recuperou as ideias de Ilin para oferecer legitimidade teórica para sua defesa nacionalista de uma grande Rússia. Isso fica claro, em particular, no conflito com a Ucrânia. De acordo com Snyder (2019, p. 35), “Ilin escrevia sobre os “ucranianos” sempre entre aspas, porque negava sua existência fora do organismo russo. (...) Ilin partia do princípio de que a Rússia pós-soviética incluiria a Ucrânia”. Sem se preocupar com o carimbo “fascista” de estar relacionado ao pensamento de Ilin, Putin teria seguido à risca o seu mestre intelectual.

262

Snyder transita da Rússia aos EUA com facilidade. A forma como identifica o papel que a Rússia de Putin desempenhou para a vitória de Trump em 2016 revela as bases da ruína democrática em solo estadunidense. Assim como os autores anteriores, Snyder também enfatiza o protagonismo das redes sociais na vitória de Trump, mas com um olhar mais atento ao modo como a Rússia operou essas redes sociais através de robôs, em particular o Twitter e o Facebook. Notícias falsas, as “*Fake News*”, passaram a ser confundidas com as informações verdadeiras. E é nessa região da desinformação que, segundo Snyder, a democracia corre seu maior risco. “O autoritarismo chega não por que as pessoas dizem que o querem, mas porque perdem a capacidade de distinguir entre fatos e desejos”, diz Snyder (2019, p. 304).

Assim como seus colegas já mencionados, Snyder também dialoga com a ideia de populismo como o principal inimigo da democracia. Mas enxerga em Trump um tipo diferente de populista. “Um populista (...) é alguém que propõe políticas que aumentem as oportunidades das massas, em oposição às elites financeiras. Trump era outra coisa:

um sadopopulista, cujas políticas se destinavam a prejudicar a parte mais vulnerável do seu próprio eleitorado” (SNYDER, 2019, p. 33). Esse sadopopulismo de Trump é, avalia Snyder, o principal inimigo da democracia liberal dos EUA.

### 3. Segunda abordagem: superar a democracia liberal

*“Não é uma crise, é que eu já não te amo”<sup>3</sup>.*

Essa leitura sobre a crise da democracia liberal descrita anteriormente ocupou grande parte das recentes publicações da ciência política. Mas isso não significa dizer que ela seja unânime. Um tipo de abordagem bem diferente também se desenvolveu nesse início de século. Uma abordagem que considera a própria democracia liberal como a culpada pelo avanço do populismo de direita no cenário internacional e que, portanto, defende sua superação. Nessa seção apresentaremos as recentes teses de Chantal Mouffe, Boaventura de Sousa Santos, Manuel Castells, Wendy Brown, Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser que, segundo nosso entendimento, adotam essa perspectiva de análise.

263

*Sobre o político*, da cientista política belga Chantal Mouffe, é, certamente, uma das principais referências da crítica à democracia liberal. Não obstante o tema já estivesse presente em trabalhos anteriores como *Hegemonia e estratégia socialista*, publicado em 1985, em parceria com seu marido, Ernesto Laclau, e em *O regresso do político*, de 1993, foi com *Sobre o político*, livro de 2005, que a autora melhor sistematizou a sua crítica. Nesse trabalho, Mouffe (2015, p. 1) elege como adversários os teóricos do campo progressista que aceitam a “perspectiva otimista da globalização e que se tornaram defensores de uma forma consensual de democracia”. A autora sente profundo incômodo com a ideia de que, com a queda do Muro e o fim da União Soviética, estaríamos no “fim da história”, como formulado por Fukuyama (1992), e que a democracia liberal seria o ápice do desenvolvimento democrático. Nesse cenário da democracia liberal o conflito teria sido superado e a busca pelo consenso seria a grande

---

<sup>3</sup> Frase escrita em um muro na Espanha durante os protestos dos “Indignados”.

marca da política, que estaria “para além da esquerda e da direita”<sup>4</sup>. Essa perspectiva é por ela definida como a “pós-política”. Leitores mais atentos da teoria política contemporânea já percebem aqui que entre os alvos de Mouffe estão Hannah Arendt, Jürgen Habermas, Anthony Giddens e Ulrich Beck, entre outros.

Mouffe discorda profundamente do consenso liberal da “pós-política”. Para a autora, a democracia pressupõe o conflito, pressupõe o antagonismo. “Estou convencida de que imaginar o objetivo da política democrática em termos de consenso e reconciliação não é somente um equívoco conceitual, mas também algo que envolve inúmeros riscos políticos”, dirá Mouffe (2015, p. 2). A tarefa da política democrática não é construir uma esfera pública capaz de constituir consensos, como provavelmente defenderia Habermas, mas sim “imaginar a criação de uma vibrante esfera pública ‘agonística’ de contestação, na qual diferentes projetos políticos hegemônicos possam se confrontar” (2015, p. 3). Para essa empreitada, Mouffe recolhe a teoria política de Carl Schmitt expressa em *O conceito do político*, livro de 1932. Para ser mais preciso, a autora se apropria da dicotomia amigo/inimigo de Schmitt para expressar a lógica da democracia: “a ênfase de Schmitt na possibilidade sempre existente de fazer a distinção amigo/inimigo e a natureza conflituosa da política constituem o ponto de partida indispensável para pensar os objetivos da política democrática”, sugere Mouffe (2015, p. 12-13). Sua diferença em relação a Schmitt está em acreditar que, na democracia moderna, essa dicotomia amigo/inimigo, ou nós/eles, exige a aceitação do pluralismo. Filósofo identificado com o nazismo, Schmitt não concordaria com essa possibilidade do pluralismo dentro de uma comunidade política. Por essa razão, Mouffe constrói sua teoria “com Schmitt contra Schmitt”.

Em Mouffe, a base da política é a relação entre nós/eles. Essa relação pode ser, como em Schmitt, de um antagonismo amigo/inimigo em que as partes não respeitam as existências recíprocas e procuram erradicar seus oponentes. Seguramente não é esse o modelo democrático desejado por ela. Mouffe defende a domesticação do conflito como tarefa da democracia e para isso acredita na substituição do antagonismo pelo agonismo, ou seja, uma situação em que as partes não sejam inimigas, mas sim

---

<sup>4</sup> Para além da esquerda e da direita é o sugestivo título do livro de Anthony Giddens publicado em 1994.

adversárias. Em suas palavras, “o agonismo é uma relação nós/eles em que as partes conflitantes, embora reconhecendo que não existe nenhuma solução racional para o conflito, ainda assim reconhecem a legitimidade de seus oponentes” (MOUFFE, 2015, p. 19).

A democracia liberal, segundo Mouffe, seria incapaz de reconhecer a importância do conflito para a democracia. Ao invisibilizar o conflito e sobrevalorizar o consenso, a democracia liberal criou obstáculos para a vocalização das demandas daqueles que não fazem parte do projeto hegemônico, ou seja, criou barreiras para o agonismo. É nesse cenário de falta de canais para a vocalização de suas demandas legítimas que determinadas parcelas da sociedade se sentem obrigadas a praticar o antagonismo. Aí estaria, conforme a autora, o pano de fundo para o surgimento do populismo de direita na cena atual. Se a abordagem parece um tanto quanto abstrata, exemplos concretos podem ajudar a entender o que Mouffe quer dizer. Já dissemos que a queda do Muro e o fim da União Soviética ensejaram em certa teoria política a crença na democracia liberal como o fim da história<sup>5</sup>. Mais do que a democracia liberal, o que pareceu ser vitorioso foi o modelo econômico e social do neoliberalismo. Nesse processo consensual, a própria socialdemocracia reformulou seu programa e admitiu o neoliberalismo em sua agenda<sup>6</sup>. A terceira via, conceito formulado por Giddens (2001) para descrever essa nova política socialdemocrata, ganhou corpo e se tornou a forma dominante em muitos meios de esquerda. O neoliberalismo foi, portanto, o consenso vitorioso da década de 1990. Nesse contexto da “pós-política” os partidos políticos se tornam programaticamente muito semelhantes. Surgiria daí, das entranhas da própria democracia liberal, as razões para sua crise. “Quando as fronteiras políticas se tornam indefinidas, começa a insatisfação com os partidos políticos; assistimos, então, à proliferação de outros tipos de identidade coletiva, que giram em torno de formas de identificação nacionalistas, religiosas ou étnicas”, conclui Mouffe (2015, p. 29).

Os teóricos e os políticos da terceira via, da “pós-política”, acreditavam realmente que com a democracia liberal o conflito político, em geral, e o conflito de classes, em

---

<sup>5</sup> Do ponto de vista sociológico, Mouffe (2015) identifica essa virada teórica nos conceitos de “modernidade reflexiva”, “sociedade de risco” e “sociedade pós-tradicional” de Beck e Giddens.

<sup>6</sup> Mouffe dá ênfase ao Novo Trabalhismo inglês de Tony Blair, mas a afirmação vale para muitos partidos socialdemocratas.

particular, haviam sido superados. Mas não foi o que a história comprovou. Mouffe escrevia em 2005 e naquele momento já observava a emergência de políticas do antagonismo a partir do êxito de partidos populistas de direita em Áustria, Bélgica, Dinamarca, Suíça, Holanda Noruega, Itália e França, entre outros. Qual a razão para o avanço do populismo de direita nesses países? A “pós-política” é a resposta de Mouffe. Para a autora, em todos esses países as diferenças entre os principais partidos se tornaram mínimas. Ou os partidos conformaram longos períodos de governo de coalizão, como na Áustria, ou deslocaram seus programas para o centro do espectro político, como em França. Esse consenso no centro retirou dos eleitores a possibilidade de escolhas significativas entre políticas diferentes (MOUFFE, 2015, p. 65). Assim, o populismo de direita emergiu como a voz dos excluídos desse consenso ao centro; como a voz de protesto contra as grandes coalizões de governo. O populismo de direita organizou com relativo sucesso em quase todos esses países a oposição entre o “povo” e as “elites” do consenso liberal, através de uma plataforma *anti-establishment* (MOUFFE, 2015).

266

Na maior parte das vezes o populismo de direita articula reivindicações que mesclam conteúdos racistas e xenófobos, por exemplo. Qual seria a alternativa? Para Mouffe, a alternativa passa pela defesa e radicalização de um projeto democrático que reconheça a dimensão agonística da política. Nesse livro, em particular, Mouffe não apresenta qual seria exatamente o conteúdo do ator político capaz de enfrentar esse populismo de direita, mas em outras obras a autora deixou claro que sua esperança está em um populismo de esquerda que organize uma política de democracia radical, ou seja, que articule as velhas lutas econômicas por redistribuição, com as novas lutas identitárias por reconhecimento, ou, dito de outro modo, que articule anticapitalismo, antirracismo e antissexismo (MOUFFE e LACLAU, 2015; MOUFFE, 1996). Essa defesa está mais nítida em sua última obra publicada em 2019, o pequeno livro de intervenção política *Por um populismo de esquerda*.

Em *Por um populismo de esquerda*, Mouffe (2019, p. 26) argumenta que, nos próximos anos, “o eixo central do conflito político estará entre o populismo de direita e o populismo de esquerda”. Em suas palavras, o populismo de direita é aquele que promove políticas xenófobas e soluções autoritárias “através de regimes que

enfraquecem as instituições democráticas liberais”, ao passo que o populismo de esquerda mobiliza “afetos comuns em defesa da igualdade e da justiça social” e pretende levar “à reafirmação e à extensão de valores democráticos” (MOUFFE, 2019, p. 26).

Há quem entenda que Mouffe não queira exatamente o fim da democracia liberal. Com efeito, ao longo de sua obra essa assertiva surge sempre de modo cinzento. Em muitas ocasiões a autora nos diz como a democracia liberal deveria ser. Por outro lado, Mouffe (2019, p. 142) também diz, por exemplo, que a abordagem agonística que defende é diferente do modelo liberal. Nossa interpretação é a de que a democracia liberal que Mouffe advoga não é a mesma democracia liberal realmente existente, o que significa dizer, na prática, que a autora propõe a superação do atual modelo de democracia liberal.

267

Abordagem um pouco distinta, mas também crítica do modelo democrático atual, foi apresentada pelo sociólogo português Boaventura de Sousa Santos em *A difícil democracia*, obra de 2016. A leitura de Santos parte da avaliação de que nos últimos trinta anos, pelo menos, a pluralidade e a diversidade desapareceram e, assim, a democracia liberal transitou para um novo formato, o de democracia neoliberal. Essa distinção é muito importante para o trabalho de Santos: democracia liberal não é o mesmo que democracia neoliberal. Para Santos, a democracia liberal reconhece dois mercados de valores: o da liberdade política – da pluralidade de ideias - e o da liberdade de mercado. A democracia neoliberal, mais restrita, reconhece apenas a liberdade de mercado. É essa democracia neoliberal que Santos deseja superar em favor de uma “demodiversidade” ou “democracia de alta intensidade”. A seguinte passagem é reveladora dessa interpretação:

Quando os indignados e os *Occupy* gritaram “não nos representam!” e pediram “democracia, já!” e “democracia real”, o que pretenderam mostrar foi que as democracias de baixa ou baixíssima intensidade que o neoliberalismo pretende impor globalmente têm de ser substituídas por democracias verdadeiras, de alta intensidade (SANTOS, 2016, p. 162).

Mas como superar a democracia neoliberal? Santos utiliza expressões como “democratizar a democracia” ou “radicalizar a democracia” para apontar para um mesmo processo de ruptura: “Radicalizar a democracia significa intensificar sua tensão com o capitalismo”, sugere Santos (2016, p. 126). Significa mesclar com a democracia

representativa elementos de democracia participativa e comunitária; significa uma maior redistribuição social e inclusão intercultural. Mas vai além ao defender “reformas revolucionárias” – expressão de André Gorz – baseadas em três palavras-chave: desmercantilizar, democratizar e descolonizar. A primeira dimensão está relacionada ao campo da economia, a segunda ao da política e a terceira ao da cultura. Embora não cite a autora, é impossível não lembrar aqui do projeto tridimensional de Nancy Fraser (2009) para a teoria da justiça no século XXI, qual seja, unir representação, redistribuição e reconhecimento.

268 Apesar de falar da Europa e do Norte Global – sua origem é europeia e isso não passa despercebido -, Boaventura conhece muito bem a política da América Latina e seus movimentos sociais. É um entusiasta, por exemplo, de experiências como o Fórum Social Mundial e os zapatistas de Chiapas. Em *A difícil democracia*, Cuba ocupa um lugar destacado. Já em seu livro mais recente, *Esquerdas do mundo, uni-vos!*, são países como Brasil, Colômbia e México que assumem protagonismo. Nesse livro de 2018, o caráter de uma urgência ensaística – para remetermos à Lukács – é nítido. Em diálogo com as esquerdas, Santos (2018, p. 35) argumenta que as características da atual crise da democracia liberal “apontam para uma condição de irreversível contradição entre capitalismo e democracia, mesmo a democracia de baixa intensidade que a versão liberal sempre foi”.

Em *A difícil democracia* não há exatamente uma defesa do populismo. Mas, ainda assim, o autor faz questão de frisar a forma pejorativa com a qual o termo é utilizado em certas narrativas políticas. “Quando a esquerda é declarada populista, o objetivo é retirar-lhe a legitimidade democrática para resistir ao consenso repressivo neoliberal e propor uma alternativa credível”, sustenta Santos (2016, p. 160). Para o autor, o populismo “sinaliza que a democracia representativa europeia perdeu a guerra contra o capitalismo e que, eventualmente, só uma articulação entre democracia representativa e democracia participativa pode inverter a situação” (SANTOS, 2016, p. 162). Assim como para Mouffe, para Santos o populismo também não pode ser visto de forma homogênea. Há populismos de esquerda e de direita e seus conteúdos não são os mesmos. “São dois ‘animais políticos’ muito diferentes: para o primeiro, mais democracia é a solução; para o segundo, mais democracia é o problema”, avalia Santos (2016, p. 164). Esse populismo

“tanto pode ser uma ameaça à pouca democracia, que temos, como pode ser a promessa de uma democracia de mais alta intensidade, que merecemos”, conclui o autor (SANTOS, 2016, p. 164). Mas isso não significa dizer que Santos advogue em favor de um populismo de esquerda.

Outro trabalho de destaque dentro dessa linhagem descrita até aqui é o livro do sociólogo espanhol Manuel Castells, publicado em 2017, *Ruptura: a crise da democracia liberal*. A partir da detalhada descrição de casos como as eleições de Trump nos Estados Unidos e Macron na França, a vitória do Brexit no Reino Unido e o surgimento do Podemos na Espanha, Castells desenha todo o atual cenário internacional de desintegração da democracia liberal. Para entendermos o que é essa “democracia liberal” que estaria em crise, vale a pena recuperarmos antes as características que Castells utiliza para defini-la:

A saber: respeito aos direitos básicos das pessoas e aos direitos políticos dos cidadãos, incluídas as liberdades de associação, reunião e expressão, mediante o império da lei protegida pelos tribunais; separação de poderes entre Executivos, Legislativo e Judiciário; eleição livre, periódica e contrastada dos que ocupam os cargos decisórios em cada um dos poderes; submissão do Estado, e de todos os seus aparelhos, àqueles que receberam a delegação do poder dos cidadãos; possibilidade de rever e atualizar a Constituição na qual se plasmam os princípios das instituições democráticas. E, claro, exclusão dos poderes econômicos ou ideológicos na condução dos assuntos públicos mediante sua influência oculta sobre o sistema político (CASTELLS, 2018, p. 11).

269

Todas essas variáveis dependem de um forte laço de confiança entre sociedade e instituições políticas. Mas é justamente esse laço de confiança que parece estar esgarçado. Munido de uma série de dados, o autor demonstra a crescente falta de legitimidade dos sistemas políticos. Para ficarmos apenas no exemplo da Espanha: em 2000, cerca de 65% da população dizia não confiar nos partidos políticos, mas em 2016 a desconfiança subiu para 88%; em relação ao Parlamento, a desconfiança de 39% em 2001 passou para 77% em 2016 (CASTELLS, 2018, p. 15).

Em sua leitura, são três as principais razões para essa crise de legitimidade política da democracia liberal. Em primeiro lugar, um sistema econômico injusto passou a ser percebido cada vez por mais pessoas, em particular após a crise financeira internacional de 2008. A solução encontrada pelos governos nacionais e pelo consenso neoliberal foi salvar os bancos – o grande exemplo foi a *American International Group*,

seguradora da maior parte dos bancos do mundo, salva pelo governo Obama – e impor políticas de austeridade fiscal, ao mesmo tempo em que o desemprego crescia. Em segundo lugar, a revelação de uma série de casos de corrupção política que envolve praticamente todos os partidos que de algum modo fazem parte de coalizões de governo, independente das colorações ideológicas. No caso espanhol, que recebe atenção maior de Castells, tanto o PP quanto o PSOE se viram envoltos nessas denúncias. Mas esse fenômeno vale para todo o cenário internacional. “Embora a política espanhola seja uma das mais corruptas da Europa, a corrupção é um traço geral de quase todos os sistemas políticos, inclusive nos Estados Unidos e na União Europeia, e um dos fatores que mais contribuíram para a crise de legitimidade”, dirá Castells (2018, p. 24). Por fim, o próprio processo político gerou a autodestruição da legitimidade institucional a partir de uma “política do escândalo” utilizada de forma generalizada, em que mensagens negativas assumiram todo o espaço nas redes sociais e nas mídias tradicionais. Assim, “a crise da democracia liberal resulta da conjunção de vários processos que se reforçam mutuamente” (CASTELLS, 2018, p. 17).

270

A parte mais rica de *Ruptura* está na descrição dos recentes eventos de manifestação da crise da democracia liberal no mundo conjugada, muitas vezes, com a ascensão de um populismo de direita. Não que o autor nos ofereça uma definição clara do que seja esse populismo de direita. Mas em diversos momentos sugere que esse campo político da direita em que se encontram figuras como Ted Cruz, Marco Rubio, Donald Trump e Steve Bannon se baseia num “nacionalismo populista e xenófobo” que inclui os “populistas do Tea Party” (CASTELLS, 2018, p. 41) ou, simplesmente, em um “movimento nacional-populista” (CASTELLS, 2018, p. 53). Mais do que isso, Castells mostra que também emerge com força em todas essas sociedades uma alternativa de esquerda que propõe a superação da democracia liberal e não o seu retorno. Nos Estados Unidos, por exemplo, Castells aponta que a responsabilidade sobre a vitória de Trump em 2016 foi a equivocada decisão do Partido Democrata de apostar na candidatura de terceira via de Hillary Clinton, em vez da alternativa de esquerda proposta pelo senador Bernie Sanders. “O erro estratégico dos democratas foi impor uma Clinton, estreitamente ligada ao establishment político e financeiro, como adversária de um candidato antiestablishment”, avalia Castells (2018, p. 42). Não

obstante aquela derrota, Sanders permanece como o grande nome que anima jovens a entrarem para a política no país.

Diferentemente dos EUA, no Reino Unido foi a vitória do Brexit que moveu o tabuleiro e desnudou a crise da democracia liberal no país. Basta dizer que o Brexit venceu, apesar dos três partidos tradicionais – Trabalhista, Conservador e Liberal – terem votado contra ele. O fato, por si só, demonstra a crise da representação daquela sociedade. Uma das razões para o fenômeno britânico, acusa Castells, reside na decisão de Tony Blair de levar o Partido Trabalhista para o centro do espectro político ideológico com a incorporação de um programa neoliberal em seu *Novo Trabalhismo*. O sistema partidário se tornou todo muito parecido entre os britânicos. Mas, como ocorreu em outros países, também na Inglaterra surge uma alternativa pela esquerda, e o nome da alternativa é Jeremy Corbyn, o novo líder do Partido Trabalhista. O avanço recente de Corbyn, sugere Castells (2018, p. 72), sinaliza que o Brexit debilitou “de forma inesperada e indireta, o consenso neoliberal da classe política”.

271

Na França, o que entrou em colapso foi o próprio sistema partidário de rodízio entre o Partido Socialista, pela esquerda e o partido da centro-direita – que em cada eleição assumia um novo nome. Com a proximidade ideológica dos dois partidos tradicionais, em particular no período mais recente com os governos de Sarkozy e Hollande, o eleitor francês se viu saturado de seu sistema partidário e levou ao segundo turno da eleição presidencial de 2017 dois nomes de fora dos partidos tradicionais: Marine Le Pen, da Frente Nacional, partido de extrema-direita; e Emmanuel Macron, do Em Marcha, partido de Terceira via criado com as iniciais do nome de seu fundador. A França quase seguiu pelo caminho dos EUA, mas foi Macron quem se consagrou vitorioso no último momento com um programa de “neoliberalismo econômico e autoritarismo político, que parece ser a fórmula de resistência da pós-democracia liberal”, provoca Castells (2018, p. 79). Na França, portanto, a democracia liberal resistiu com a eleição de Macron, mas não sem que seu sistema partidário fosse desconfigurado. Mesmo assim, também no cenário francês emergiu um movimento pela esquerda que se propõe a superar essa intranquila democracia liberal: o movimento França Insubmissa, que quase levou ao segundo turno da eleição de 2017 o seu candidato, Jean-Luc Mélenchon.

Por fim, na Espanha, último caso analisado pelo autor, houve um processo dialético no campo político da esquerda. Assim como nos outros países, um sistema bipartidário de alternância no poder se configurou nos últimos 30 anos, com os dois partidos principais, PSOE e PP, aproximando-se programaticamente. Em oposição a esse sistema “cartelizado” – expressão de Mair e Katz (1995) – manifestações tomaram as ruas espanholas em 2011 e culminaram com a criação de um novo partido político de esquerda, o Podemos. Rapidamente o Podemos se tornou o terceiro maior partido do país, o que pressionou por uma reorganização interna do PSOE rumo à esquerda sob a liderança de Pedro Sánchez, atual primeiro-ministro do país. Entusiasta desse processo dialético, Castells (2018, p. 143), acredita que a “experiência espanhola adquira um sentido muito mais amplo do que o de transitar rumo a uma nova transição democrática: ela poderia ser o protótipo vivo de que outra política, e outra democracia, são possíveis no século XXI”.

272

“Cada vez menos gente confia nessa forma de democracia, a democracia liberal, ao mesmo tempo que a grande maioria continua defendendo o ideal democrático”, observa Castells (2018, p. 16). Dito de outro modo, as pessoas querem a democracia, mas não essa democracia liberal do consenso neoliberal. Mas então qual democracia querem? O autor não é claro ao definir o que seria essa nova democracia. Mas nos dá dicas quando conclui que “estaríamos diante de embriões de regeneração democrática na medida em que se estabelecessem conexões entre as críticas e aspirações dos cidadãos e um novo sistema político permeável a elas” (CASTELLS, 2018, p. 143). E vai além ao definir a política de esquerda, tal qual Mouffe, como a alternativa para esse projeto de superação da democracia liberal. Em suas palavras, “estaria surgindo uma possibilidade de política transformadora de esquerda capaz de responder à deterioração democrática com novas propostas de participação política e autonomia em relação ao poder financeiro e midiático” (CASTELLS, 2018, p. 143).

Uma marca presente no trabalho de Castells é que, assim como em Mouffe e em Boaventura, e ao contrário dos autores da seção anterior, o populismo não é tratado de forma pejorativa e nem como um fenômeno homogêneo, como se populismo de esquerda e populismo de direita articulassem os mesmos conteúdos políticos. Castells (2018, p. 39) não confunde todos esses atores “em uma amálgama mal-intencionada”,

como ele mesmo diz. Ao contrário, faz questão de diferenciar, por exemplo, o Podemos dos movimentos populistas de direita, ainda que todos surjam da ruptura com a ordem política liberal. “A emergência de novos atores políticos com valores progressistas alternativos, como o Podemos e suas confluências na Espanha, (...) se distingue radicalmente das expressões xenófobas e ultranacionalistas de outros países”, pontua Castells (2018, p. 39).

273 Nessa linhagem crítica da democracia liberal, também se encontra o manifesto *Feminismo para os 99%* de Fraser, Arruzza e Bhattacharya (2019). Embora a ênfase das autoras seja o feminismo, o pano de fundo de todo o debate proposto é a superação da própria democracia liberal. O manifesto contrapõe duas vertentes do feminismo: de um lado, um feminismo liberal, que tem expoentes como a diretora de operações do Facebook, Sheryl Sandberg, e a senadora Hillary Clinton; de outro, um feminismo anticapitalista que está presente em recentes greves de mulheres por todo o mundo. As autoras se identificam com essa segunda versão do feminismo. O que muitos registram como crise da democracia liberal, Fraser, Arruzza e Bhattacharya (2019) definem como crise do capitalismo. Por um lado, criticam o avanço do populismo de direita – as autoras utilizam o termo “populismo reacionário”-; por outro lado, criticam a manutenção da atual democracia liberal proposta pelos “progressistas neoliberais”. A saída apresentada é o “feminismo para 99%”, que outros poderiam chamar simplesmente de “populismo de esquerda”. Esse projeto articula lutas que vão para além do feminismo, isto é, trata-se de um feminismo ambientalista, antirracista, anti-imperialista e anticapitalista e que apoia movimentos LGBTQ+ e sindicatos (FRASER, ARRUZZA e BHATTACHARYA, 2019, p. 93).

Fraser desenvolveu melhor essa definição de populismo em texto publicado no ano seguinte. Em *Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica*, Fraser dialoga com Rahel Jaeggi e aprofunda essa temática. No lugar de populismo de esquerda versus populismo de direita, Fraser contrapõe o populismo progressista ao populismo reacionário. O populismo reacionário, que não é necessariamente um sinônimo para o fascismo, é aquele que promove “o militarismo, a xenofobia e o etnonacionalismo” (FRASER e JAEGGI, 2020, p. 239). Já o populismo progressista é entendido como a combinação de “um programa distributivo igualitário e pró-classe trabalhadora com

uma visão não hierárquica e inclusiva de uma ordem de reconhecimento justa – ou, de novo, emancipação mais proteção social” (FRASER e JAEGGI, 2020, p. 232). Sua defesa instrumental desse populismo progressista é explícita. A autora advoga em favor de “um populismo progressista, ao menos transicionalmente, como uma estação no caminho para um socialismo democrático” (FRASER e JAEGGI 2020, p. 109).

Por fim, talvez Wendy Brown (2019) seja quem de forma mais clara tenha indicado o nome do problema da democracia liberal, qual seja, o neoliberalismo. A tese de Brown é certa: com o modelo neoliberal, a democracia liberal criou inesperadamente a sua própria destruição. Referenciada nas abordagens foucaultiana e neomarxista, e com um profundo conhecimento das gêneses teóricas do neoliberalismo, em particular em Hayek e Friedman, a autora sugere que temas neoliberais como gestão, lei e tecnocracia no lugar de deliberação, contestação e partilha democráticas do poder geraram uma desorientação generalizada quanto ao valor da democracia e até mesmo opróbrio em relação a ela. Esse é o processo que faz Brown (2019, p. 71) concluir que “[...] efeitos neoliberais tais como desigualdade e insegurança crescentes geraram populismos de direita enraivecidos e políticos demagogos no poder [...]”. Mas Brown não entende o neoliberalismo como causa originária do populismo de direita apenas por uma ótica da economia política. O populismo de direita é fruto do ressentimento de classe daqueles que foram deixados para trás economicamente, mas também da “raiva do masculinismo branco destronado” (BROWN, 2019, p. 217).

274

Em *Nas ruínas do neoliberalismo*, Brown trata mais da análise do neoliberalismo contemporâneo do que do projeto político para a sua superação. Mas em entrevistas recentes a autora não se furtou desse debate. Por exemplo, quando diz que “os movimentos sociais de esquerda, os populismos de esquerda não podem permitir que toda a energia dos movimentos sociais seja desviada para a política legislativa e eleitoral, onde seria neutralizada e diluída” (BROWN, 2020). Aqui se percebe sua simpatia com o chamado populismo de esquerda como alternativa ao projeto neoliberal.

Os autores tratados nessa seção - Chantal Mouffe, Boaventura de Sousa Santos, Manuel Castells, Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya, Nancy Fraser e Wendy Brown – possuem algo em comum. Em primeiro lugar, todos são críticos da forma como a democracia liberal organizou as sociedades contemporâneas, em particular sob a

economia política do neoliberalismo. Em segundo lugar, nenhum deles considera o populismo como um fenômeno político homogêneo. Todos fazem questão de frisar a existência de tipos distintos de populismo. E todos apontam apenas o populismo de direita como um obstáculo democrático. Isso não significa dizer que todos sejam defensores do populismo de esquerda. Santos (2016, 2018) e Castells (2018), por exemplo, não figuram entre os apoiadores dessa ideia, não obstante apoiem os atores políticos que costumam ser definidos como populistas de esquerda. Mouffe (2019), Brown (2019) e Fraser (2020), ao contrário, não têm problemas em considerar de forma mais explícita o populismo de esquerda – ou progressista – como uma alternativa de superação da democracia liberal.

#### **4. Considerações finais**

275 “A crise consiste justamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer; neste interregno, verificam-se os fenômenos patológicos mais variados”. Com essa frase de 1930, Antônio Gramsci (2007, p. 184) se referia ao período imediatamente posterior ao da Primeira Guerra em que elementos do fascismo emergiam. Enquanto o velho morria – as ideologias tradicionais – e o novo não nascia plenamente – o socialismo – havia um interregno em que forças autoritárias se estabeleciam, e a sua Itália de Mussolini era o maior exemplo disso, pensava o sardo. Talvez o que estejamos vivendo seja exatamente esse interregno gramsciano em que o velho apresenta sinais de uma morte próxima – a democracia liberal –, mas o novo ainda não surgiu. Passados noventa anos desde a observação de Gramsci, nesse interregno atual do início do século XXI, os “fenômenos patológicos” parecem estar identificados com o populismo em geral, conforme certa linhagem interpretativa que aponta a necessidade de defesa da democracia liberal, ou então com o populismo de direita – de Trump, Duterte, Orbán, Erdogan, Bolsonaro e outros –, segundo as análises de um outro ramo da ciência política que aposta na superação da democracia liberal, justamente pela adoção de uma perspectiva populista progressista.

Há, claro, quem acredite que essa crise não passe de uma moda. “Há certa moda de falar em crise da democracia no mundo, e tenho dúvidas sobre o uso da palavra

“crise”, que tem conotações apocalípticas, quase religiosas”, diz Keane<sup>7</sup>. “Essas declarações destinam-se apenas a atrair manchetes de jornal”, provoca Przeworski<sup>8</sup>. Após observar 135 países entre 1950 e 1990, Przeworski *et al* (1997) mostraram que “uma vez que um país se torne suficientemente rico, com uma renda per capita anual superior a US\$ 6.000 por ano, nele a democracia certamente sobreviverá, aconteça o que acontecer”. Ou seja, não haveria riscos de retrocessos democráticos em países ricos. De fato, do ponto de vista dos critérios minimalistas adotados por Przeworski, todos os casos mencionados ao longo do texto ainda são democracias. Mas será que o problema pode ser subestimado?

276 Todos os autores que trouxemos para o debate concordam que algo não vai bem na democracia liberal nesse início de século XXI. O que varia entre esses autores, em qualidade e em grau, é a alternativa possível: para alguns, a democracia liberal precisaria ser salva; para outros, deveria ser superada. Todos concordam que nesse cenário de crise, o populismo avança como prática de articulação política por fora dos limites da democracia liberal. Mas nem todos concordam com o significado desse fenômeno. Para alguns, esse populismo é sempre um mal, um desvio a ser corrigido na rota democrática; para outros, nem sempre esse desvio leva as sociedades para um mal caminho.

Contra o populismo de direita, as sociedades precisam apostar em populismos de esquerda, argumentam Fraser e Mouffe em momentos distintos. Keane, por outro lado, dirá que a possibilidade de um populismo de esquerda é um oxímoro: “não faz nenhum sentido: o populismo em que Chantal Mouffe pensa quando fala de “populismo de esquerda” – Perón, o primeiro [Hugo] Chávez... – é uma fantasia. O populismo é de direita na medida em que é antidemocrático”, acusa Keane<sup>9</sup>. As abordagens, como vemos, são as mais distintas e conflitivas. Prova de que a teoria política contemporânea, ao contrário da democracia liberal, está mais viva do que nunca.

---

<sup>7</sup> Ver [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/22/politica/1550834194\\_393872.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/22/politica/1550834194_393872.html). Acesso em: 29 mar. 2021.

<sup>8</sup> Ver <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/05/morte-da-democracia-virou-bordao-para-atrair-imprensa-diz-autor.shtml> Acesso em: 29 mar. 2021.

<sup>9</sup> Ver [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/22/politica/1550834194\\_393872.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/22/politica/1550834194_393872.html) Acesso em: 29 mar. 2021.

## 5. Referências

BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Politeia, 2019.

\_\_\_\_\_. E agora, que o neoliberalismo está em ruínas? **Outras palavras**, 21 dez, 2020. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/mercadovsdemocracia/e-agora-que-o-neoliberalismo-esta-emruinas/>>. Acesso em: 02 mar. 2021.

CASTELLS, M. **Ruptura**: a crise da democracia liberal. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

FRASER, N. Reenquadrando a justiça em um mundo globalizado. **Lua Nova**, São Paulo, nº 77, pp. 11-39, 2009.

\_\_\_\_\_; ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T. **Feminismo para os 99%**: um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019.

\_\_\_\_\_. JAEGGI, R. **Capitalismo em debate**: uma conversa na teoria crítica. São Paulo: Boitempo, 2020.

FUKUYAMA, F. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

277 GIDDENS, A. **Para além da esquerda e da direita**. São Paulo: Ed. UNESP, 1996.

\_\_\_\_\_. **A terceira via**: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MAIR, P.; KATZ, R. "Changing models of party organization and party democracy: The Emergence of the cartel party". **Party Politics**, Vol. 1, No. 1, pp. 5-28, 1995.

MANIN, B. "As Metamorfoses do Governo Representativo". **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 29, pp. 5-34, 1995.

MOUFFE, C. **Por um populismo de esquerda**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

\_\_\_\_\_. **Sobre o político**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

\_\_\_\_\_. **O regresso do político**. Lisboa: Gradiva, 1996.

\_\_\_\_\_; LACLAU, E. **Hegemonia e estratégia socialista**: por uma política democrática radical. São Paulo: Intermeios, 2015.

MOUNK, Y. **O povo contra a democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

PRZEWORSKI, A. et al. "O que mantém as democracias?" **Lua Nova**, São Paulo, nº 40-41, pp. 113-135, 1997.

RUNCIMAN, D. **Como a democracia chega ao fim**. São Paulo: Todavia, 2018.

SANTOS, B. de S. **A difícil democracia**. São Paulo: Boitempo, 2016.

\_\_\_\_\_. **Esquerdas do mundo, uni-vos!**. São Paulo: Boitempo, 2018.

SNYDER, T. **Na contramão da liberdade**: a guinada autoritária nas democracias liberais. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

## The Crisis of Liberal Democracy in the Early 21st Century: Two Approaches to Political Theory

Theófilo Machado Rodrigues  
Caíque Bellato

**Abstract:** The crisis of democracy is the major theme of early 21st century Political Theory. With the elections of Recep Erdogan in Turkey, Rodrigo Duterte in the Philippines, Viktor Orbán in Hungary, Donald Trump in the United States and Jair Bolsonaro in Brazil, specialized literature has even considered plausible the idea of the end of democracy. This paper defends the thesis of the existence of two general approaches to the crisis of democracy produced in this early 21st century. A first approach is one that identifies liberal democracy as the culmination of democratic institutional order and therefore needs to be saved. For these interpreters, populism would be the main cause for the crisis of liberal democracy and should therefore be removed from political life. The second approach reverses the problem: if political institutions are in crisis, the cause is not populism but the form of government itself. Populism would emerge only as a side effect of the limits of liberal democracy.

**Keywords:** Political Theory; Liberal Democracy; Populism; Crisis of Democracy; Authoritarianism.

## La crisis de la democracia liberal a principios del siglo XXI: dos enfoques a la teoría política

Theófilo Machado Rodrigues  
Caíque Bellato

**Resumen:** La crisis de la democracia liberal es el tema principal de la teoría política a principios del siglo XXI. Con las elecciones de Recep Erdogan en Turquía, Rodrigo Duterte en Filipinas, Viktor Orbán en Hungría, Donald Trump en Estados Unidos y Jair Bolsonaro en Brasil una parte de la literatura especializada incluso ha considerado como plausible el fin de la democracia. Este artículo defiende la tesis de la existencia de dos enfoques generales sobre el tema. Un primer enfoque es aquel que identifica la democracia liberal como el ápice del gobierno institucional democrático y, por lo tanto, debe salvarse. Para estos intérpretes, el populismo sería el principal culpable de la crisis de la democracia liberal y, por lo tanto, debería ser exabastecede de la vida política. El segundo enfoque revierte el problema: si las instituciones políticas están en crisis, no es populismo sino la forma misma de gobierno. El populismo sólo surgiría como un efecto secundario de los límites de la democracia liberal.

**Palabras-clave:** Teoría política; Democracia liberal; Populismo; Crisis de la democracia; Autoritarismo.

279

Recebido em 1 de agosto de 2020  
Aprovado em 11 de novembro de 2020